

Considerações sobre a antroponímia da gente miúda preservada nas crônicas de Fernão Lopes e de Gomes Eanes de Zurara ¹

**Thoughts on the anthroponymy of the lower people preserved in
the chronicles by Fernão Lopes and Gomes Eanes de Zurara**

Jerry Santos Guimarães ²

¹ Este artigo é um desdobramento de uma seção da tese de doutorado “*De qualquer outro do povo escrevera seu feito, se o achava em merecimento: memória e esquecimento da gente miúda nas crônicas de Gomes Eanes de Zurara*”, defendida em fevereiro de 2019, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. Na seção 6.4 da citada tese (GUIMARÃES, 2019, p. 481-487) fizemos uma breve análise onomástica de personagens da gente miúda presentes nas crônicas zurarianas. Tal análise é atualizada e ampliada no presente texto com a inclusão de nomes de personagens do povo miúdo colhidos nas crônicas de Fernão Lopes.

² Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. Realizou estágio de pesquisa na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), em Portugal, através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, financiado pela Capes (PDSE/CAPES). E-mail: jerryguima@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7331-695X>.

RESUMO:

Neste artigo fazemos um levantamento dos nomes, apelidos e alcunhas de homens da gente miúda registrados por Fernão Lopes e por Gomes Eanes de Zurara em suas crônicas escritas no século XV a serviço dos reis de Portugal. Assinalamos a excepcionalidade do registro de nomes e de feitos de membros das camadas baixas do povo em narrativas históricas que tinham por protagonistas e por público primeiro especialmente os nobres, muitos dos quais murmuravam contra os cronistas justamente por terem os seus nomes omitidos, ou esquecidos, da história oficial do reino. Uma vez levantado o rol de apelativos de personagens da gente miúda procedemos a uma análise onomástica que nos permitiu concluir que em parte considerável dos antropônimos preservados por Lopes e por Zurara é reconhecível a baixa condição social das *personae*, seja pela clássica formação do antropônimo a partir de patronímicos, costume observado especialmente entre famílias vilãs no período abordado, seja pela utilização de apelidos que remetem a ofícios típicos da gente miúda.

PALAVRAS-CHAVE: Crônica; Historiografia portuguesa; Onomástica.

ABSTRACT:

In this paper, we elaborate a survey of the names, surnames and nicknames of the men of the lower people registered by Fernão Lopes and Gomes Eanes de Zurara in the chronicles they wrote in the fifteenth century under orders of Portuguese kings. We point out the exceptionality of the registry of names and of deeds of members of the lower strata of the people in historical narratives that featured and were mostly directed to the noble audience, many of which murmured about the chroniclers for having their names omitted, or forgotten, in the kingdom's official history. Once we gathered a listing of the names of the characters from the lower people, we proceeded to an onomastic analysis that allowed us to conclude that, in a considerable part of the anthroponyms preserved by Lopes and Zurara, the lower social condition of the *personae* is recognizable, whether by the classical formation of the anthroponym from patronymics, a tradition especially observed among village families in the period under study, or by the use of surnames that refer to crafts that were typical of the lower people.

KEYWORDS: Chronicle; Portuguese Historiography; Onomastics.

1 Introdução

Conta João de Barros (c.1496-1570) na *Segunda Década* da sua *Ásia* que Afonso de Albuquerque (1452-1515) costumava presentear Rui de Pina (c.1440-1522) com “anéis de diamães e robijs” com o objetivo de convencer este cronista a não se esquecer do seu nome quando escrevesse a história oficial do reino. Barros assevera que o segundo vice-rei da Índia não se importaria em ver diminuída a sua fazenda desde que não perdesse a honra de ter imortalizada a “memória de seus feitos” (BARROS, 1988, v. II, p. 312). Ora, se um nobre com a autoridade, o poder e a influência de um Afonso de Albuquerque temia ser esquecido pelo cronista da corte régia, que dizer dos demais? Este caso ilustra bem o invejável poder que detinha aquele que era o principal responsável pela escrita da história em Portugal, seja no final da Idade Média, seja no dealbar da Modernidade. Nas palavras de Bernard Guenée (2002, p. 527): “escrevendo os nomes no grande livro da memória, [o cronista] era, para a eternidade, o artesão da glória e da vergonha”. Tamanho poder implicava, pois, em assédio e grande cobrança.

Fernão Lopes (138?-c.1460), primeiro cronista-mor de Portugal, ao escrever sobre a ascensão da Dinastia de Avis ao trono tomou o cuidado de nomear fidalgos e cidadãos honrados que apoiaram D. João I (1357-1433) naquela árdua empreitada. O autor dedica três capítulos inteiros da primeira parte da crônica deste rei³ para citar expressamente quem da nobreza e dos estratos superiores do povo ajudou o então Mestre de Avis a defender o reino contra Castela durante a crise de 1383-1385. A enumeração nominal é feita sem “hordem de fidallguia” para não ferir suscetibilidades, de acordo com o cronista (LOPES, 1983a, p. 338-347). Páginas adiante Fernão Lopes nomeia os prelados, fidalgos e procuradores do povo que estiveram presentes nas cortes

³ Concluída por volta de 1443 (AMADO, 1997, p. 52-53).

de Coimbra de 1385, nas quais o Mestre de Avis foi alçado rei (LOPES, 1983a, p. 391-393). E na segunda parte da *Crónica de D. João I*⁴ o autor fornece os nomes dos fidalgos que lutaram ao lado deste monarca na famosa Batalha de Aljubarrota, chegando mesmo a distinguir quais deles foram feitos cavaleiros naquela ocasião (LOPES, 1983b, p. 95-97).

O sucessor de Fernão Lopes no cargo de cronista-mor da Casa Real de Avis, Gomes Eanes de Zurara (c.1405-c.1474), também separou capítulos de suas crônicas com o objetivo exclusivo de nomear nobres que bem obraram a serviço de D. João I, do infante D. Henrique (1394-1460) e de D. Afonso V (1432-1481) no além-mar. Apontamos como primeiro exemplo o capítulo 50 da *Crónica da Tomada de Ceuta*⁵ (1992, p. 177-179), no qual são nomeados os príncipes, senhores, fidalgos e capitães de gente muita ou pouca que participaram da conquista daquela cidade marroquina pelos portugueses em 1415. O cronista, como Lopes já o fizera, tem o cuidado de dizer que tais nobres são identificados sem “nenhuma ordenança no escrever” para evitar possíveis queixas com respeito à primazia na ordem de citação. Logo no começo da *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*⁶ (1997, p. 200-202) Zurara fornece o rol dos nobres que permaneceram em Ceuta após a sua conquista. Esta lista é atualizada no final da obra (ZURARA, 1997, p. 543-545). No que respeita à *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*⁷, há ali um capítulo em que são identificados os “fidalgos e boos homeens” das casas de D. Afonso V e do infante D. Henrique que ajudaram na defesa de Alcácer Ceguer, praça marroquina conquistada pelos portugueses em 1458, por ocasião do primeiro cerco realizado pelos mouros sobre a dita vila, no final daquele mesmo ano

⁴ Escrita entre 1443 e 1449 (AMADO, 1997, p. 52-53).

⁵ Oficialmente concluída em 25 de março 1450, mas com evidentes acréscimos posteriores (DINIS 1949, p. 122-128).

⁶ Escrita entre 1458 e 1464 (DINIS, 1949, p. 129-141).

⁷ Produzida entre 1464 e 1468 (DINIS, 1949, p. 141-150).

(ZURARA, 1978, p. 129). Não esquece o cronista ainda de discriminar nominalmente os principais nobres que a seu ver mostraram mais valor na defesa de Alcácer Ceguer durante o seu segundo cerco, no segundo semestre de 1459 (ZURARA, 1978, p. 233-235).

Não por acaso as palavras “fama” e “nomeada” são intercambiáveis tanto em Lopes quanto em Zurara. O primeiro põe um sermão na boca de Frei Pero em que o prelado diz que os portugueses, ao vencerem a multidão de guerreiros das hostes de Castela na Batalha de Aljubarrota, cobraram “de seus inimigos *tão homrrosa fama e boa nomeada*” (LOPES, 1983b, p. 128, grifo nosso). Já o segundo, ao louvar a autoridade de Tito Lívio enquanto autor de história, faz referência às suas *Décadas*, “que. oJe sam tam *nomeadas* pella mayor parte da cristindade” (ZURARA, 1978, p. 46-47, grifo nosso). Gomes Eanes de Zurara atribui ainda a um xeque “de grande siso e autoridade” o lamento de que os mouros dos seus dias se acovardavam diante dos portugueses, o que era tão diferente dos antigos tempos, nos quais a virtude bélica dos cavaleiros mouros por “todo o mundo era tam *nomeada*” (ZURARA, 1978, p. 317, grifo nosso).

A exclusão de nomes e de feitos da obra do cronista da corte constituía-se num esquecimento que poderia trazer duas consequências nefastas tanto àqueles que foram olvidados quanto à sua prole, de acordo com Zurara. Perdia-se primeiramente a oportunidade de requerer junto ao rei alguma “remuneração” – tal é a expressão utilizada pelo cronista – pelos serviços prestados por si ou por algum parente, mas, mais importante que isso, perdia-se o prêmio de uma memória honrada através dos séculos, preservada pela “escritura” autorizada da história (ZURARA, 1992, p. 214-215, 248).

O próprio rei D. Afonso V assevera numa carta escrita a Zurara que “a muytos [fez] onrra e merçe com melhor vontade” depois de ler os nomes e os feitos das personagens registradas pelo seu cronista na história dos “feytos de cepta” (D. AFONSO V *apud* ZURARA, 1978, p. 42). Deste modo, as listas de

antropônimos que recorrentemente aparecem nas narrativas históricas zurarianas – e o mesmo vale para as lopesianas, por certo – não são o resultado de uma “diligência inocente, ditada por preocupações de rigor cronístico”, como alerta Luís Miguel Duarte. Este historiador põe a questão em termos bastante claros: “Zurara lembra quem fez o quê, para o rei de Portugal pagar” (DUARTE, 2003, p. 414). Ou, na expressão de Diogo Ramada Curto (1998, p. 439), uma crônica poderia ser tomada como “folha de serviços dignos de mercê”. É por isso que D. Afonso V escreve a seu cronista que “os principais de [seus] reynos e capitaes deuem dauar a merce que [lhe] seja feyta bem empregada” (D. AFONSO V *apud* ZURARA, 1978, p. 42). Todos os que foram (bem) nomeados pelo cronista deveriam ser gratos a ele, portanto, e o próprio autor de história, por preservar nomes e feitos notáveis, também merecia um bom galardão, segundo o monarca.

Os nobres cujos antropônimos e proezas foram omitidos das narrativas históricas patrocinadas pelos reis portugueses tinham motivos para se queixar, portanto, e disto os cronistas tinham ciência. É por isso que Fernão Lopes, no já citado passo em que nomeia os nobres e cidadãos honrados que apoiaram o Mestre de Avis, pede a seu público que, caso não encontre o nome do pai ou de algum outro parente na lista, “nom doeste porem esta obra com gram trabalho hordenada”. Assim como um mesmo vento não pode agradar a todos os marinheiros, tampouco a crônica poderia satisfazer a todos os seus leitores e ouvintes. Que os olvidados e a sua parentela tenham a mesma paciência que têm os santos cujos nomes não são entoados nas ladainhas durante as missas – é o que aconselha Fernão Lopes (1983a, p. 347).

Zurara mostrou-se ainda mais incomodado com a maledicência dos nobres esquecidos. Na passagem em que afirma estar fazendo retificações na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, o autor diz que melhor seria estar trançando esteiras do que escrevendo crônicas sob a repreensão daqueles que

pensam que não se falou deles como mereciam. O cronista defende-se dizendo que sempre que possível, e desde que julgasse conveniente, ele registrava os nomes e as façanhas dos nobres portugueses que bem serviram no Marrocos. Que as “limgoas rrepremsoras e mordazes” daqueles que foram olvidados se calassem, portanto (ZURARA, 1997 p. 178-187; ZURARA, 1978, p. 45-46).

Ambos os cronistas frequentemente asseveram que há esquecimentos sobre os quais eles não têm controle: simplesmente não se pode narrar o que foi omitido pelas fontes, sejam elas escritas ou orais. Este seria um esquecimento *involuntário* por parte de quem escreve a história. É famosa a passagem em que Fernão Lopes discorre sobre o “cuidado e diligemça” que teve ao consultar “grandes vollumes de livros, de desvairadas linguagês e terras”, o que lhe acarretou “longas vegílias e grandes trabalhos”, para escrever com a maior precisão possível as suas narrativas históricas. Lopes lamenta que a maioria das personagens de que trata em suas crônicas, bem como a maior parte das pessoas que poderiam lhe servir de testemunhas, já tinham morrido, tendo ele, pois, de contentar-se com as “reliíquias” – as fontes escritas – que conseguia encontrar (LOPES, 1983a, p. 2, 63-64). E Zurara, no referido capítulo em que nomeia os principais nobres que serviram em Ceuta após a sua tomada, adverte que, se houve nomes esquecidos, “a cullpa seja daquelles que estes feitos primeiramente poserã ã llembança”, ou seja, das fontes escritas por ele consultadas para compor a sua *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. O argumento é repetido por esse cronista em pelo menos dois outros passos da mesma obra (ZURARA, 1997, p. 301, 545, 585). E se Zurara teve a oportunidade de ouvir testemunhas orais, já que escreveu sobre épocas temporalmente mais próximas de si, ainda assim o autor se agrava daquelas que punham dificuldades em dizer-lhe o que sabiam ou lembravam (ZURARA, 1992, p. 234, 248). Desse modo, nomes houve que ficaram de fora das crônicas de Lopes e de Zurara a despeito de suas vontades. Que não se os inculpe de falta de zelo – é o

que argumentam.

Há, contudo, um outro tipo de esquecimento na escrita da história, *intencional*. A própria configuração da narrativa assim o exige, segundo Paul Ricoeur. Como é impossível narrar tudo, aquele que escreve a história tem uma margem de ação para selecionar o que será escrito, ou lembrado, e preterir o que deverá ser esquecido. Nas palavras do filósofo: “pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela” (RICOEUR, 2007, p. 98, 455-457). Os cronistas, portanto, sempre em consonância com o projeto de memória e de esquecimento dos reis a que serviam, também registravam ou deixavam de registrar intencionalmente os nomes e os feitos de determinadas personagens que tomaram parte de alguma ação narrada. Fernão Lopes e Zurara, sempre se ancorando na autoridade de cronistas-mores a eles delegada pelos monarcas, concomitantemente utilizavam o seu próprio crivo de autores de narrativas históricas para decidir quem entraria no rol final daqueles que fizeram algo verdadeiramente digno de “nomeada”.

Ao fazer isto eles atendiam ainda à preceptiva retórica que aconselha que a narrativa seja clara, verossímil e *breve*, conforme ensinam o Anônimo da *Retórica a Herênio* (I, 7-14) e Cícero em seu *De Inventione* (I, 28), obras de comprovada circularidade na Idade Média portuguesa (FERNANDES, 2011). E no que respeita especificamente à narrativa histórica, Cícero, um dos autores mais estimados na corte avulsina do século XV, segundo José de Carvalho (1949, p. 63), sentencia: “nada há mais agradável na história que a pura e clara brevidade” (*Bruto*, 74, tradução nossa). Se o discurso histórico não faz um uso adequado da *breuitas*, corre-se o risco de cair em prolixidade e enfastiar leitores e ouvintes. Assim, também impelidos pela necessidade de construir narrativas que atraíssem a atenção, a benevolência e a docilidade de seus públicos, os cronistas assumiam o risco de voluntariamente deixar de fora de suas histórias

nomes e feitos de alguns nobres, mesmo sabendo que seriam vítimas da maledicência dos esquecidos.

É neste contexto que as menções nominais de homens da gente miúda feitas por Fernão Lopes e por Gomes Eanes de Zurara ganham relevo e devem ser analisadas. As *Siete Partidas* de D. Alfonso X de Leão e Castela (1221-1284) dizem que a “gente miúda” é composta basicamente por mesteirais, ou oficiais mecânicos, e lavradores (ALFONSO X, 1807, p. 87). Tal definição continua válida no reino português no período em que viveram os cronistas de que nos ocupamos (GUIMARÃES, 2019, p. 197-287). Para Zurara, por exemplo, “mesteyroso” e “gente mais baixa” são termos equivalentes (ZURARA, 1973, p. 3; 1997, p. 175; 1978, p. 130 e 136). Armindo de Sousa explica que em Portugal nos séculos XIV e XV expressões como “povo miúdo” e “gente miúda” designavam estados-estatutos dentro do estado-ordem do povo. Entre os assim referidos estavam os mais diversos trabalhadores braçais, lavradores e mesteirais: “eram todos gente miúda, a menos que houvessem adquirido títulos nobilitantes” (SOUSA, 1997, p. 335-352).

No geral os da gente miúda são tratados como uma grande massa inominada nas obras de Lopes e de Zurara, e quando aparecem no teatro da guerra compondo a corporação da peonagem é muito comum que sejam referidos pelos cronistas com a designação genérica “muitos besteiros e homens de pé” ou outras expressões correlatas. Esta é a regra. Neste artigo, contudo, ocupar-nos-emos das exceções: que homens da gente miúda tiveram os seus nomes e os seus feitos salvos do esquecimento por Lopes e por Zurara? Por quê? Que ilações podemos fazer a partir dos seus onomatos, apelidos⁸ e alcunhas? Como os apelativos utilizados por estes cronistas contribuem para a caracterização das personagens nomeadas enquanto componentes da gente

⁸ A palavra “apelido” deve ser aqui entendida segundo o sentido que lhe é conferido pelo português europeu e que corresponde a “sobrenome” no português brasileiro.

miúda? É sobre tais questões que nos debruçaremos a partir de agora.

2 Antropônimos de personagens da gente miúda nas crônicas de Fernão Lopes e de Gomes Eanes de Zurara

Cícero aconselha no seu *De Oratore* que na história “sejam narrados não só os feitos dos grandes homens, mas também a vida e a natureza daqueles que se sobressaem pela fama e pelo nome” (CÍCERO *apud* AMBROSIO, 2005, p. 38). Tal princípio ciceroniano, se não foi lido diretamente pelos dois primeiros cronistas-mores portugueses, certamente foi seguido. Assim, ainda que excepcionalmente, tanto Fernão Lopes quanto Gomes Eanes de Zurara também registraram por entre os milhares de páginas de suas crônicas os nomes e os feitos de alguns homens da gente miúda que se destacaram a serviço dos seus monarcas, tanto aquém quanto além-mar.

Na *Crónica de D. Fernando*⁹, ao tratar da primeira guerra fernandina contra Castela (1369-1371), Fernão Lopes apresenta-nos o carniceiro *Lourencinho*, homem de pé de Lisboa que com o seu instrumento de trabalho, uma almarcova¹⁰, feriu o cavalo de um fidalgo castelhano “de moor estado”, derrubando-o (LOPES, 2004, p. 126). Somos informados ainda que o alfaiate *Fernão Vasques*, eleito pelo povo miúdo de Lisboa para falar com o rei D. Fernando (1345-1383) sobre a inconveniência de seu casamento com D. Leonor Teles (c.1350-entre 1391 e 1410), acabou, juntamente com outros populares revoltosos, sendo preso, desapossado de seus bens e “decepado” (LOPES, 2004, p. 209-214). Encontramos ainda nesta narrativa histórica o peliteiro *Domingos Eanes*, “homem refece e de pequena conta” que incitou outros membros do povo miúdo de Santarém a matarem o alcaide local por apregoar voz por D.

⁹ Finalizada em 1440 (AMADO, 1997, p. 52-53).

¹⁰ Espécie de facão típico de talhantes, ou açougueiros, mas que eventualmente poderia ser utilizado também como arma ofensiva, como no caso acima (AGOSTINHO, 2012, p. 128-129).

Beatriz (1373-c.1420) como rainha de Portugal (LOPES 2004, p. 605-608).

Na *Crónica de D. João I* aumenta o número de nomeados do povo miúdo. Na primeira parte desta obra lopesiana lemos como o tanoeiro *Afonso Anes Penedo* convenceu, através sobretudo de ameaças, os cidadãos honrados de Lisboa reunidos na câmara a apoiarem o Mestre de Avis como Regedor e Defensor do Reino (LOPES, 1983a, p. 52-54). Quando a rainha regente D. Leonor Teles enviou cartas misteriosas ao alcaide de Beja, foi *Gonçalo Ovelheiro*, membro da “gente pequena” daquele concelho, o primeiro a exigir explicações sobre o conteúdo daquelas missivas (LOPES, 1983a, p. 83-84). Em Évora, o povo miúdo, liderado pelo cabreiro *Gonçalves Eanes* e pelo alfaiate *Vicente Anes*, revoltou-se contra os grandes da cidade que eram por D. Leonor Teles (LOPES, 1983a, p. 90). E *Lopo Álvares*, peão integrante da hoste de D. Nuno Álvares Pereira (1360-1431), destacou-se por matar um castelhano nas proximidades de Almada ao atirar-lhe uma azcuma¹¹ (LOPES 1983a, p. 302).

Na segunda parte da *Crónica de D. João I*, conforme narra Fernão Lopes, quem decapitou em Penela o conde de Viana¹², partidário de D. Juan I de Castela (1358-1390), foi “huñ vilaõ [...] que chamavaõ dalcunha *Cazpirre*” (LOPES, 1983b, p. 50, grifo nosso). O cronista não deixa de louvar o peão da hoste inimiga que se notabilizou na guerra, como foi o caso de *Gonçalo de Paredes*, “gramde” e “mui afamado besteiro” castelhano, nas palavras do autor (LOPES, 1983b, p. 237, 369, grifo nosso).

Assim como ocorre com a crônica de Fernão Lopes, também na obra de Gomes Eanes de Zurara encontramos registrados onomatos de peões. A despeito de sua fama de “cronista da nobreza” que demonstra apenas desdém

¹¹ Arma de haste com ponta de ferro de cerca de 20 cm, utilizada especialmente por peões (AGOSTINHO, 2012, p. 176-177).

¹² D. João Afonso Telo V (c.1330-1384), primo da rainha D. Leonor Teles, foi o 1º conde de Viana do Alentejo. Foi também pai de D. Pedro de Meneses, 1º capitão de Ceuta e protagonista de uma das crônicas de Zurara (BALEIRAS, 2017, p. 33).

pela gente miúda, Zurara não despreza totalmente os “obscuros homens do povo”, seja como testemunhas daquilo que narra¹³, conforme assinalou Joaquim de Carvalho (1949, p. 5), seja como personagens de suas narrativas históricas. Joaquim Veríssimo Serrão (1972, p. 75) chega mesmo a dizer que as crônicas zurarianas podem ser tomadas como um “repositório de nomes humildes que se ligaram à empresa da Expansão”. Nenhum desses autores, porém, chegou a citar, ainda que à guisa de exemplificação, quaisquer antropônimos de homens da gente miúda que foram salvos do esquecimento por Zurara. Façamo-lo, pois.

Se Fernão Lopes nomeou plebeus que de algum modo se sobressaíram no reino, Zurara fê-lo mormente em relação àqueles que atuaram no teatro da guerra no além-mar, especialmente em Ceuta e em Alcácer Ceguer, praças marroquinas sob o domínio português. Que funções bélicas os populares executavam naquelas paragens? A prescrição de pagamentos aos peões que deveriam permanecer em Tânger, feita em 1472, um ano após a tomada dessa cidade pelas hostes de D. Afonso V, ajuda-nos a responder a essa questão. Se cada “homem de armas”, isto é, nobre, que ali permanecesse seria pago com 1.000 reais por mês, cada *bombardeiro* e *espingardeiro* receberia 300; cada *escuta*, 200; cada *atalaia*, 100; cada *besteiro*, 60; e cada *homem de pé*, 50 (BRAGA, 1998, p. 326).

Começemos pela ralé da peonagem, os *homens de pé*. Eles eram recrutados sobretudo entre camponeses e jornaleiros assoldados, mas mesterais que não estivessem alistados como besteiros também poderiam servir nas tropas como homens de pé. Este foi o caso, a propósito, do carniceiro Lourencinho de que fala Lopes, como vimos. Os homens de pé compunham a parte menos especializada e menos equipada militarmente: além de não terem treinamento regular, lutavam com lanças e dardos, talvez um escudo e por

¹³ Zurara (1978, p. 47) reconhece que os peões, especialmente aqueles ligados aos bastidores da guerra, foram as suas principais fontes orais para a escrita da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. Alguns desses peões foram nomeados, como adiante se verá.

vezes tinham de se valer de pedras lançadas de suas fundas (BARROCA, 2003, p. 93; BEIRANTE, 1984, p. 57; LOPES, 2004, p. 303-305; MORENO, 1998, p. 43).

É sintomático, pois, que seja justamente um homem de pé um dos peões mais elogiados por Zurara em toda a sua cronística. Trata-se de *Martim Gonçalves*, que serviu em Alcácer Ceguer compondo a hoste do fidalgo João da Silva. O primeiro cerco dos mouros àquela vila já vinha se arrastando por semanas e os mantimentos intramuros estavam escassos. Intentando tapear os inimigos, o capitão de Alcácer Ceguer, D. Duarte de Meneses (1414-1464), ordenou que alguns peões fossem apanhar na praia a lenha de um bergantim dos mouros que havia sido despedaçado por uma tormenta. Aqueles peões seriam protegidos por todos os cavaleiros da vila, que deveriam acompanhá-los montados para mostrar aos inimigos que os cristãos não padeciam de fome e tampouco haviam comido os seus próprios cavalos para sobreviver, como se dizia no arraial dos mouros. Seria também a ocasião para os fidalgos demonstrarem honra na escaramuça que certamente se seguiria. O confronto finalmente se dá e, após alguns reveses, o capitão D. Duarte de Meneses mandou que o seu filho, D. Henrique, recolhesse “a gente de pee”. Ficaram para combater “a multidom tamanha [...] dos contrayros” apenas os portugueses de altíssima linhagem, com uma exceção. Acompanhem as palavras de Zurara:

O numero dos nossos era ataa .Lx. s. xxx. de cauallo e outros tantos de pee todos fidalgos e homeens de nobre naçam e cryaçom que se nom metya antre elles outra mestura. *soamente huum homem de pee de Joham da silua que se chamaua Martym gonçallez. o qual conhecendo de ssy uirtude se meteo antre elles onde fez assaz do que a boom homem conuijnha fazer* (ZURARA, 1978, p. 171-172, grifo nosso).

Dos sobreditos sessenta nobres de linhagem nem todos foram identificados por Zurara. Ainda assim, o cronista achou por bem não apenas nomear, mas até mesmo louvar os feitos do homem de pé Martim Gonçalves, o

qual, mesmo ocupando o posto dos mais baixos dos peões, lutou em pé de igualdade com os mais altos dos fidalgos.

Os *besteiros* deveriam ser recrutados entre os mesteirais casados, a exemplo de sapateiros, alfaiates, carpinteiros, pedreiros e almocreves, dentre outros ofícios, segundo as *Ordenações Afonsinas* (liv. I, tít. LXIX, § 29). Zurara reafirma que “a mayor parte dos besteyros” que atuaram em Ceuta era “gemte popullar” (1997, p. 481). O cronista deixou-nos os onomatos de apenas dois deles. A referência ao primeiro, *João Abril*, é mais sucinta: Zurara o nomeia entre os cristãos feridos numa escaramuça com os mouros da vila de Bobmy no ano de 1434, “pero de feryda leve, tall de que em breve guareço” (ZURARA, 1997, p. 676; ZURARA, 1978, p. 81). O segundo besteiro nomeado pelo cronista, porém, é adjetivado elogiosamente. Trata-se de *André Anes*, besteiro da hoste do rei. No “mester” de atirar com a besta ele se distinguia por ser “homem specyal”, de acordo com Zurara. Durante o segundo cerco dos mouros a Alcácer Ceguer, o dito André Anes matou a dois dos inimigos sem temer as pedras dos canhões que eram lançadas incessantemente sobre a vila. Algum tempo depois, ainda no decurso desse último assédio, André Anes atirou com a sua besta “uiratoões¹⁴ muy grossos cheos dalcatom acesos de fogo” que destruíram os assentamentos dos canhões dos mouros, inutilizando-os (ZURARA, 1978, p. 202-203).

A presença dos *epingardeiros* só é detectável na última crônica zurariana. É que a participação de tais homens entre as hostes portuguesas só começou em 1437, na primeira tentativa frustrada de tomar Tânger, e em número exíguo. Tanto é assim que as *Ordenações Afonsinas*, finalizadas cerca de dez anos após o desastre de Tânger, não incluem os espingardeiros na organização militar do reino (DUARTE, 2003, p. 371). Pouco tempo depois, na Batalha de Alfarrobeira,

¹⁴ “Virotos”, ou “virotões”, eram as setas de pontas metálicas que serviam de munição às bestas. Seu tamanho variava entre 30 e 50 cm (MONTEIRO, 1998, p. 546-547).

em 1449, já existia um oficial cujo encarrego era chefiar os “espyngardeiros d’ElRey”, segundo Rui de Pina (1977, p. 746). A documentação dos reinados de D. Afonso V e de D. João II (1455-1495) que faz referência à origem social dos espingardeiros identifica-os quase sempre como mesterais, especialmente carpinteiros, sapateiros, pedreiros, oleiros, alfaiates e barbeiros, dentre outros ofícios que requeriam boa destreza física e domínio técnico, qualidades exigidas para um bom manejo de colobretas e de espingardas de mecha (SEBASTIÃO, 2018, p. 59-60).

Somente dois espingardeiros foram nomeados por Zurara. O cronista escreve que em 25 de fevereiro de 1459, mês seguinte ao fim do primeiro cerco dos mouros a Alcácer Ceguer, D. Duarte de Meneses saiu com 45 homens de cavalo, dos quais apenas 21 são nomeados. Zurara a seguir emenda: “E com estes eram de pee dous spingardeiros .s. meestre *Pedro e Guilherme*”. Ao avistar a aldeia de Canhete, o capitão de Alcácer Ceguer, atendendo aos rogos dos homens de sua companhia, mandou cerca de 20 nobres roubarem o gado dos mouros, enquanto os fidalgos João Pestana e Fernão Cabral, acompanhados dos espingardeiros Pedro e Guilherme, incendiariam as casas. Na escaramuça que daí se seguiu era dos espingardeiros “que os mouros naquella hora auyam o principal temor”, segundo o cronista. Embora a princípio a vantagem parecesse ter passado para o lado dos mouros com a chegada de reforços, os portugueses ainda assim levaram a melhor. Os nobres cristãos lutaram como deles se esperava, especialmente D. Duarte de Meneses, de acordo com a narrativa zurariana. Ao final foram mortos entre 45 e 50 mouros. Dos cristãos morreu apenas um, o fidalgo Gonçalo Pires Malafaia, que é encomiado pelo cronista. Zurara dá relevo ainda à atuação do fidalgo João Pestana, que foi o que naquele dia “mostrou mayor amor”. Mas houve ainda um combatente que se destacou no meio de toda aquela nobreza: “*Nem fique fora deste registro a bondade de Guilherme huum daquelles spingardeyros. o qual em aquelle dya trabalhou tanto*

assy a pee como era. hora com sua spingarda hora sem ella, *que foy digno de grande louuor*". Só então o cronista cita os nomes de alguns nobres que foram feitos cavaleiros naquele dia (ZURARA, 1978, p. 190-198, grifo nosso).

Havia peões que trabalhavam nos bastidores da guerra como *batedores de terreno*, guiando as hostes com segurança e espionando – ou “escutando” – os inimigos. As *Ordenações Afonsinas* (liv. I, tít. LXVI, § 2, grifo nosso) estabelecem a seguinte hierarquia entre eles: “as cousas, que ham de hir a bem, sempre ham de subir d’huũ graao a outro melhor, assy como fazem de boõ *piam* boõ *Almocadem*, e de boõ *Almocadem* boõ *Almoguavare* de cavallo, e daquelle, boõ *Adayl*”. A origem de todos estes postos – *almocadém*¹⁵, *almogávar*¹⁶ e *adail*¹⁷ – era, pois, a peonagem. Gil de Roma (c.1243-1316) lamentou que tais guias e espiões tivessem de ser escolhidos necessariamente entre homens rústicos e ignorantes. Nas cortes de Coimbra de 1385, os procuradores do povo queixaram-se a D. João I porque lavradores que haviam servido como *almogávares* se recusavam a voltar à sua ocupação no campo (MONTEIRO, 1998, p. 237-238, 262, nota 134).

Zurara é bem menos avaro no que diz respeito à preservação dos nomes de peões que serviram como guias em Ceuta e em Alcácer Ceguer. Se *Afonso Marques* errou o caminho em duas ocasiões diferentes na condução dos nobres cristãos de Ceuta que planejavam assaltar aldeias mouras, nem por isso ele poderia ser considerado um mau *almogávar*, já que estava entre os *batedores de terreno* que trabalhavam “com bõa vomtade”, segundo o cronista. Ademais, o dito *Afonso Marques* “hera homẽ a cujo dito” o conde D. Pedro de Meneses

¹⁵ Do árabe *muqáddam*, cujo significado é “capitão de gente”, especialmente de “gente a pé” (MONTEIRO, 1998, p. 262, nota 138). Segundo as *Ordenações Afonsinas* (liv. I, tít. LXVI, prólogo), “*Almocadens* chamam agora aos que soyam chamar antigamente *Coudees* das *pioadas*”.

¹⁶ Do árabe *mugâwir*, isto é, “incursor”, “guerreador” (MONTEIRO, 1998, p. 262, nota 128).

¹⁷ Palavra que, segundo as *Ordenações Afonsinas* (liv. I, tít. LXV, § 9), “quer tanto dizer, como *guiadores*”.

(1370-1437), primeiro capitão de Ceuta, “dava grande ffee” (ZURARA, 1997, p. 275-277, 329, 390-397). *Afonso Fernandes* é nomeado uma única vez como um dos componentes do grupo de almogávares de Ceuta (ZURARA, 1997, p. 396). Bem mais referido é *Afonso Munhoz*, citado ora como almocadém, ora como almogávar, e, finalmente, como adail, o que demonstra a sua progressão na carreira de guia. Esse Afonso Munhoz, juntamente com outros batedores de terreno, a saber, *Gomes Fernandes*, *João Fernandes* e *Lourenço Carvalho*, planejaram e executaram com sucesso uma investida sobre os mouros que viviam no rico Vale de Bulhões, liderados pelo escudeiro Álvaro Guisado. Teve Afonso Munhoz, já adail, o azar de ser capturado pelos mouros e quase foi executado por eles, mas acabou sendo resgatado pelo capitão de Ceuta (ZURARA, 1997, p. 266-273, 334, 395-397).

Retomemos os outros guias acima citados na companhia de Afonso Munhoz. Zurara, ao render o “dereito louvor” à “memoria dos bõos” que combateram num dos cercos de Ceuta, inclui entre estes “bõos” o almocadém Gomes Fernandes por ter matado um mouro sem qualquer ajuda (ZURARA, 1997, p. 467). O cronista volta a citar o almogávar João Fernandes para dar conta da sua morte numa peleja com os mouros (ZURARA, 1997, p. 337). Por fim, Lourenço Carvalho, referido ora entre almogávares, ora entre almocadéns, foi um dos batedores de terreno que “com bõa vomtade” serviram D. Pedro de Meneses em Ceuta, segundo Zurara (1997, p. 275-277, 588).

Detenhamo-nos ainda em Ceuta. Numa missão de espionagem sobre aldeias mouras situadas no Vale do Negrão em que acompanhou o nosso já conhecido Afonso Marques, o almogávar *João d’Ávila* permaneceu com outros três peões inominados observando por mais algum tempo. Como resultado, eles conseguiram aprisionar duas mouras com um pequeno rebanho de vacas. As cativas levadas por João d’Ávila e seus companheiros forneceram ao conde D. Pedro de Meneses novas informações sobre as aldeias do Vale do Negrão, o

que permitiu um bem planejado assalto liderado pelos nobres de Ceuta com um ganho de centenas de cabeça de gado (ZURARA, 1997, p. 329-334).

Zurara nomeia também a *João Munhoz*, batedor de terreno que liderava um grupo de doze “homões de seu ofiço”. Embora a princípio aqueles peões não tivessem obedecido a ordem do conde D. Pedro de Meneses de guardar os quatro caminhos que davam em Ceuta “por rrepousarem mais a seu prazer”, ainda assim conseguiram – com a ajuda de Deus, segundo a visão providencialista do autor – avistar atempadamente cerca de 180 cavaleiros mouros que se aproximavam e avisar as atalaias, que repicaram prontamente os sinos, alertando assim aos da cidade (1997, p. 337-338).

Martim de Çamora e *Vicente* são dois outros batedores de terreno que receberam destaque nas crônicas zurarianas. Esse Vicente, segundo Zurara, apesar do seu nome cristão, era provavelmente de origem moura, o que faria dele um “elche”¹⁸. Pois bem, *Martim de Çamora* e *Vicente*, além de outros “homões de seu offiço”, foram incumbidos pelo conde D. Pedro de Meneses de espionar a vila de Bobmy, “cujo encarrego aquelles tomarom com boa uontade poendoo assy per obra como elles sentyam que compria”. Pouco depois ambas as escutas mencionadas foram correr outra terra de mouros, Cencem (ZURARA, 1978, p. 79-83; ZURARA, 1997, p. 680).

Zurara faz referência ainda a um outro Vicente que atuava como guia, desta vez dotando-o, porém, de apelido: *Vicente Pires*, a quem o jovem D. Duarte de Meneses, ainda morando em Ceuta, mandou que fosse secretamente colher informações de uma aldeia moura próxima de Tetuão (ZURARA, 1978, p. 96; ZURARA, 1997, p. 695).

É ainda na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* que somos apresentados a um cristão que fora resgatado do cativo entre os mouros “que se chamava o

¹⁸ Do árabe *‘ilj*, isto é, “estrangeiro”. Tanto o mouro que se convertia ao cristianismo e ia viver com os portugueses, quanto os cristãos que abraçavam o Islã e debandavam para o lado dos marroquinos, eram chamados de “elches” (FARINHA, 1999, p. 54).

Magriço per allcunha". Em agradecimento ao capitão de Ceuta por ter comprado a sua liberdade, o Magriço deu-lhe preciosas informações sobre o seu antigo senhor, Bucar Caudil, bem como sobre a terra em que vivera anteriormente, no campo de Benamadê. O Magriço pôde assim liderar as escutas cristãs por um território que lhes era desconhecido. Guiando os portugueses com segurança pelo vau de um rio, o Magriço possibilitou que D. Duarte de Meneses e os seus homens matassem 85 mouros, cativassem 52 e roubassem 920 cabeças de gado grande, 40 asnos e cinco cavalos (ZURARA, 1997, p. 698-705, grifo nosso). O nome – a bem dizer, a alcunha – e o feito do Magriço são recontados por Zurara na *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* (1978, p. 98-102).

De Ceuta a Alcácer Ceguer. Zurara assevera que o adail *Lourenço de Cáceres* "era homem que muyto sabya no auto da guerra". Depois de um exitoso assalto sobre a vila de Çafa, o conde D. Duarte de Meneses achou por bem acatar dois conselhos dados por Lourenço de Cáceres, a saber: (1) mandar matar uma moura velha feita cativa que se recusava a seguir a hoste dos cristãos para servir de exemplo às demais; e (2) não dar combate aos mouros de Tânger que chegavam para socorrer os seus correligionários de Çafa. Por ter dado ouvidos àquele adail, o conde D. Duarte de Meneses e os seus homens puderam voltar gloriosamente para Alcácer Ceguer. Quanto aos combatentes do alcaide de Tânger, estes nada mais puderam fazer além de contemplar a "boa ordenança em que os uyram passar" (ZURARA, 1978, p. 303-307).

São ainda nomeados por Zurara entre os guias de Alcácer Ceguer o adail *Lourenço Pires* e as escutas *Gonçalete*, *João de Pele* (também grafado *João de Lepe*), *Pero de Antequera* e *Diego Sapateiro* (ZURARA 1978, p. 277, 297, 299 e 313).

Entre aqueles que poderiam atuar como espiões no teatro da guerra no norte africano durante o século XV estavam os *alfaqueques*, responsáveis por negociar o resgate de cativos entre portugueses e marroquinos. Como o seu

ofício obrigava-os a estarem em constante trânsito entre os lados rivais, os alfaqueques poderiam informar, pois, sobre o número de combatentes dos adversários, seus estados físico e anímico, seus planos etc. Quem contava com os serviços de espionagem destes homens sabia que eles haviam quebrado um juramento e não poderia ter, portanto, certezas absolutas com respeito à veracidade das informações colhidas. Quem garantiria que o “enculca” enviado como alfaqueque não estava, no final das contas, a serviço do inimigo, obtendo informações para ele ou transmitindo falsas notícias em seu nome? Isso não foi empecilho, contudo, a que os serviços de alfaqueques enquanto espias fossem largamente utilizados por cristãos e mouros (MONTEIRO, 2003, p. 221).

Bons conselhos foram escutados por D. Duarte de Meneses da boca de um alfaqueque, segundo Zurara. Trata-se de *Antão Vaz*, homem estimado pelo capitão de Alcácer Ceguer. Escreve o cronista que, no ano de 1462, o fidalgo castelhano Fernando de Arias Saavedra disponibilizou a D. Duarte de Meneses uma hoste composta por 186 cavaleiros e 587 homens de pé, “contando aquy beesteyros”. O capitão de Alcácer Ceguer chamou então o adail Lourenço Pires, de quem já fizemos menção, o mouro Mafomede e o alfaqueque Antão Vaz para saber que aldeias mouras eram mais propícias ao ataque dos cristãos. Zurara oferece-nos apenas a fala do alfaqueque, que discorda do mouro Mafomede e aconselha que o ataque se dê sobre a aldeia de Adeymuz. Antão Vaz conclui o discurso que lhe é atribuído pelo cronista dizendo que a sua única vontade é que D. Duarte de Meneses possa fazer “cousa grande e de muito proueito”. Eis então a reação do capitão de Alcácer Ceguer, segundo Zurara: “*O conde louuou a rrezom daquelle alfaqueque parecendolhe boa*” (1978, p. 296-297, grifo nosso). Foi ainda através de Antão Vaz que o conde D. Duarte de Meneses ficou sabendo atempadamente do primeiro cerco que os mouros planejavam sobre Alcácer Ceguer (ZURARA, 1978, p. 133). Por fim, foi a esse alfaqueque que foi delegada

a importante tarefa de tentar negociar a compra da ossada do *Infante Santo*¹⁹ junto ao rei de Fez. D. Duarte de Meneses queria presentear D. Afonso V com os restos mortais do tio do monarca (ZURARA, 1978, p. 308-309).

Além de ter sido o cronista da guerra dos cristãos de Portugal contra os mouros do Marrocos, Zurara foi também o cronista da expansão marítima portuguesa sobre as ilhas atlânticas e a Guiné. Assim, é frequente encontrarmos na obra desse autor, trabalhando no interior das embarcações, componentes da gente miúda a desempenhar distintas tarefas: os jovens aprendizes atuavam como *grumetes* e *pajens*; o grosso dos homens servia como *mareantes*, ou *marinheiros*; e os populares que dominassem as técnicas necessárias às manobras dos navios ocupavam o cargo de *pilotos*, no que eram inclusive admirados pelos poderosos (MARQUES, 1998, p. 204-206).

De toda essa chusma ficou-nos o nome de um piloto, que, juntamente com alguns companheiros, sofreu uma morte honrada, segundo o relato feito na *Crónica de Guiné*²⁰. Zurara descreve o desigual combate entre 12 portugueses e 200 mouros na ilha de Nar. A maré encheu e o escudeiro Gonçalo de Sintra, por não saber nadar, viu-se impossibilitado de voltar ao navio. Soube, porém, morrer virtuosamente, de acordo com o cronista, já que finou-se combatendo com destemor os inimigos. Além desse escudeiro ali encontraram o seu fim sete outros cristãos. Embora soubessem nadar, preferiram morrer lutando ao lado do seu capitão ao invés de fugir para salvar as suas vidas. Seus nomes: “dous moços da camara do Infante, um que se chamava Lopo Caldeira, e outro Lopo d’Alvelos, e um moço de estribeira que havia nome Jorge, e um *Alvaro Gonçalves Pillito* e tres marinheiros”. Zurara arremata dizendo que não quer fazer

¹⁹ Trata-se do infante D. Fernando (1402-1443), filho caçula de D. João I que ficou por refém dos mouros após a derrota dos portugueses em Tânger, em 1437. D. Fernando viria a morrer como “mártir” no cativo em Fez.

²⁰ Oficialmente concluída em 1453, mas com referências a acontecimentos posteriores à morte do infante D. Henrique (1460) (DINIS, 1949, p. 257-497).

diferença entre eles, já que todos “morreram pelejando, sem tornar nenhum pé atrás” (ZURARA, 1973, p. 133-134, grifo nosso). João de Barros, ao narrar esse mesmo episódio, cita as mesmas personagens, grafando, porém, “Alvaro Gonçalues *piloto*” (BARROS, 1988, v. I, p. 35, grifo nosso). Uma vez que o cronista quinhentista reconhece ter utilizado a Zurara como uma de suas principais fontes, é muito provável que “pillito” seja erro de copista do códice que nos chegou da *Crónica de Guiné*, onde se deveria ler “piloto”. Acrescente-se a isso o fato de que todas as personagens mencionadas por Zurara têm as suas ocupações indicadas ao lado dos seus nomes. Deste modo, como argumenta António Joaquim Dias Dinis, muito provavelmente o dito Álvaro Gonçalves era o piloto do navio (MONUMENTA HENRICINA, 1967, p. 219, nota 3). Além do escudeiro e dos moços da câmara e de estribeira que faziam parte da casa do infante D. Henrique, portanto, quatro populares também morreram honradamente, segundo Zurara: três inominados marinheiros e o piloto Álvaro Gonçalves.

3 Análise onomástica

Embora não pretendamos ter esgotado os antropônimos de personagens da gente miúda nas obras de Fernão Lopes e de Gomes Eanes de Zurara, acreditamos ter levantado um rol que merece apreciação. Feitas as contas, temos o seguinte saldo: pelo menos 10 nomes de homens de baixa condição em Fernão Lopes e, no mínimo, 25 em Zurara. Assim, a nossa amostragem final é de 35 nomes, apelidos e alcunhas. Tais personagens teriam vivido entre o reinado de D. Fernando I de Portugal, iniciado em 1367, e o ano da morte do conde D. Duarte de Meneses no Marrocos, em 1464. Alguns desses homens eram oriundos de Castela, reino com o qual Portugal tantas relações manteve durante o período em questão. Temos, portanto, nomes atribuídos a homens da gente miúda portuguesa e castelhana, além do caso de um possível mouro

convertido que adotou um nome cristão, num espaço de tempo que corresponde, em linhas gerais, ao último século da Idade Média ibérica.

Primeira constatação: no rol há 35 onomatos masculinos. Não encontramos indícios minimamente seguros para classificar a qualquer personagem feminina nomeada pelos cronistas no estado-estatuto “gente miúda”. Quanto aos nomes próprios mais recorrentes, temos: 1º. João (cinco personagens); 2º. Afonso (quatro personagens); 3º. Gonçalo, Lourenço e Vicente (três personagens cada); e 4º. Martim (dois personagens). Para nomear uma única personagem temos os antropônimos Álvaro, André, Antão, Diego, Domingos, Fernão, Gomes, Guilherme, Lopo, Pedro e Pero – embora estes dois últimos possam ser tomados como variações de um mesmo nome. Nomes próprios grafados apenas na forma diminutiva há dois: Lourencinho e Gonçalete, o que os inclui na categoria de alcunhas, da qual também fazem parte Magriço e Cazpirre.

Nosso rol confirma o costume português medieval de batizar os filhos com nomes de santos, quer do Novo Testamento – casos de André, João e Pedro/Pero –, quer de épocas posteriores – casos de Antão, Domingos, Gonçalo, Lourenço, Martim e Vicente (GONÇALVES, 1988, p. 78). Paralelamente, a grande recorrência dos onomatos João e Afonso poderia também ser tomada como uma homenagem de famílias populares a monarcas: D. João I, fundador da Dinastia de Avis, além dos cinco Afonsos que até então já haviam sido entronizados em Portugal. Afonso, a propósito, era nome de rei por excelência em toda a Península Ibérica.

Quando o nosso olhar incide sobre os ofícios dos nomeados encontramos seis mesterais em Fernão Lopes – três alfaiates, um carniceiro, um peliteiro e um tanoeiro – e dois em Zurara – um piloto e um alfaqueque²¹. Com respeito a

²¹ Oliveira Marques (1987, p. 270) classifica os ofícios de piloto e de alfaqueque como mesteres ligados, respectivamente, aos transportes e à prestação de serviços vários.

componentes do povo miúdo que praticavam atividades tipicamente rurais deparamo-nos com os antropônimos de um cabreiro e de um ovelheiro, ambos em Lopes. O termo “vilão” que esse cronista confere a Cazpirre pode indicar tanto a condição social quanto a procedência domiciliar da personagem. Esse mesmo Cazpirre é-nos apresentado ainda como um peão que combatia na guerra – e peões são ainda um homem de pé e um besteiro nomeados por Lopes. Mas quando se trata de nomear a peonagem, como vimos, as referências zurarianas superam em muito as de seu antecessor. Recapitulemos: entre os peões individualizados através de onomatos nas crônicas de Zurara há um homem de pé, dois besteiros, dois espingardeiros e nada menos que 18 guias (aqui contados conjuntamente adaís, almocadéns, almogávares e escutas). E é justamente por isso que as crônicas dos Meneses, que narram a história dos cristãos de Portugal nas praças marroquinas de Ceuta e de Alcácer Ceguer, são as mais generosas em nomes de homens da gente miúda. Os batedores de terreno, afinal, eram peças fundamentais na guerra promovida pela Coroa portuguesa no norte africano, conforme reconhecido pelo próprio Zurara.

De acordo com Iria Gonçalves (1988, p. 79, 85, 118), o elemento profissão por vezes era parte constituinte da antroponímia em Portugal no século XV, ainda mais quando ocorre imediatamente após o nome próprio. Esse parece ser o caso de Gonçalo *Ovelheiro*, personagem lopesiana. Era especialmente nas cidades que a profissão era utilizada para diferenciar as pessoas, uma vez que foi no ambiente urbano que o artesanato se desenvolveu e se especializou. Ao mesmo tempo, dado o caráter corporativo dos mesteres, o apelativo profissional ressaltava a pertença a um grupo definido (GONÇALVES, 2010, p. 213-214). E aqui vêm-nos à mente algumas personagens zurarianas. Álvaro Gonçalves provavelmente teve o mester de *Piloto* associado ao seu nome, como vimos. O caso de Diego *Sapateiro*, porém, denuncia de forma ainda mais evidente a sua condição de integrante da gente miúda: temos aqui o prenome (Diego)

conjugado a um ofício mecânico (*Sapateiro*) de uma *persona* cuja função era típica da peonagem (escuta). O apelido do dito Diego parece indicar o ofício que ele, ou pelo menos o seu pai ou avô, poderia ter exercido. Nesse sentido, fica a pergunta: teria a escuta *João de Pele*, citada por Zurara, tal antropônimo devido a alguma ligação, sua ou de algum antepassado, com o mester de peliteiro?

Há que se ter cuidado, no entanto, para não se tomar um apelido que faz referência a alguma profissão ou ofício como indicativo inequívoco da condição social do sujeito nomeado. Não faltam casos, afinal, em que um apelido que originalmente denotava alguma profissão foi passado a descendentes que nunca vieram a exercê-la, alguns dos quais podem até mesmo ter ascendido socialmente (GONÇALVES, 1988, p. 84). Foi por isso, a propósito, que não incluímos a personagem Rui *Besteiro*, que aparece na última crônica zurariana, em nossa lista de antropônimos de homens da gente miúda. Esse Rui *Besteiro*, afinal, é contado por Zurara entre os “nobres homees” que participaram da defesa de Alcácer Ceguer durante o seu segundo cerco. O cronista diz ainda que Rui *Besteiro* fazia parte da “gente que auya uallor e assy uijnha muy bem corregida assy darmas como das outras cousas” (ZURARA, 1978, p. 183, 233-234). Abel dos Santos Cruz (1995, p. 203, nota 148), através de consulta à chancelaria de D. Afonso V, confirmou que Rui *Besteiro* era nobre, cavaleiro e comendador de S. Salvador. A prudência também nos impediu de contar entre os peões de Alcácer Ceguer a personagem Fernão *Besteiro*, mencionado apenas uma vez por Zurara sem qualquer informação adicional (ZURARA 1978, p. 329). Em Fernão Lopes deparamo-nos com um caso curioso: o autor cita em sua *Crónica de D. Pedro*²² um *besteiro* a serviço do rei D. Pedro I de Castela (1334-1369) “que diziam Zorzo” (LOPES, 1977, p. 116). Tal informação, tomada

²² Concluída em 1434, mesmo ano em que o rei D. Duarte (1391-1438) designou Fernão Lopes oficialmente como cronista-mor (AMADO, 1997, p. 52-53; SERRÃO, 1972, p. 42).

isoladamente, poderia dar a entender que o dito guerreiro era um peão. Ora, ao consultar a *Crónica del Rey Don Pedro*, de Pero López de Ayala (1779, p. 309-310), uma das principais fontes de Fernão Lopes, segundo Teresa Amado (1997, p. 177-209), encontramos a informação adicional de que o dito Zorzo era um *cavaleiro* do rei castelhano que também se distinguia por ser um excelente atirador com a besta²³. Após tal constatação optamos por excluir Zorzo, cujo onomato é uma variante para “Jorge” na península itálica, de nossa lista (LANZI; LANZI, 2004, p. 86).

Outra precaução que tivemos foi em relação aos moços pertencentes à casa do infante D. Henrique. Embora moços da câmara e de estribeira – muitos deles de condição modesta²⁴ – em geral formassem o núcleo de origem popular de uma casa senhorial, é inegável que gozavam de mais prestígio que um simples lavrador ou mesteiral (MARQUES, 1974, p. 149-150; MARQUES, 1987, p. 257-258). Por esse motivo não incluímos os moços da câmara Lopo Caldeira e Lopo d’Alvelos, nem o moço de estribeira Jorge, citados por Zurara na *Crónica de Guiné*, em nosso rol de apelativos de homens da gente miúda. Ativemo-nos à definição de D. Alfonso X de Leão e Castela para os que compõem esta chusma: mesteirais e lavradores, os quais, como vimos, desempenhavam distintas funções enquanto peões no teatro da guerra.

Foi preponderante em Portugal durante toda a Idade Média o costume de formar o antropônimo a partir da junção de um nome próprio mais um patronímico e, às vezes, um indicativo de proveniência ou de domicílio. Ao tempo em que Lopes e Zurara escreveram as suas crônicas, porém, via de regra apenas a pequena nobreza e os vilãos em geral continuavam atrelando o nome

²³ D. Alfonso X (1807, p. 38-39) aconselha que reis e nobres saibam lutar não apenas com a espada, mas também com armas típicas da peonagem, como a besta e a lança, para o caso de alguma necessidade.

²⁴ O rei D. Duarte, por exemplo, qualifica moços de estribeira, juntamente com moços do monte e reposteiros, entre os “homens baixos”, de “pequeno estado” e “mais somenos” (DUARTE, 1982, p. 178).

do pai ao onomato dos filhos. Entre as famílias da alta nobreza já se vinha percebendo uma tendência à rejeição, ou pelo menos à adulteração, do uso de patronímicos desde o século XII, o que se acentuou no século XV. Por outro lado, no decorrer da centúria de Quatrocentos em Portugal, a utilização de patronímicos mostrou-se frequente em pelo menos 75% das famílias vilãs, podendo mesmo ultrapassar os 97% a depender da amostragem onomástica (GONÇALVES, 1988, p. 70, 92, nota 40; GONÇALVES, 2010, p. 210).

E é o que verificamos em 18 dos 35 dos antropônimos de homens da gente miúda registrados por Lopes e por Zurara, ou seja, em mais da metade do total da lista (51,4%). Se deixarmos de fora do conto as alcunhas (quatro) e os casos em que só nos é fornecido o primeiro nome (três), a porcentagem de antropônimos com uso de patronímicos chega a 64,3%, ou quase 2/3 do total. Concretizemos o que acabamos de afirmar. De patronímico “Álvares” (“filho de Álvaro”) há em Fernão Lopes o peão Lopo. Como exemplos do patronímico “Anes” (ou “Eanes”, “filho de João”) temos em Fernão Lopes o peliteiro Domingos, o tanoeiro Afonso, o cabreiro Gonçalves e o alfaiate Vicente; e em Zurara o besteiro André. Com o patronímico “Fernandes” (“filho de Fernando”) há em Zurara o almocadém Gomes e os almogávares Afonso e João. Os patronímicos “Gonçales” e “Gonçalves” (“filho de Gonçalo”) são encontrados na antroponímia do piloto Álvaro e do homem de pé Martim, ambos personagens de crônicas zurarianas. Com o patronímico “Marques” (“filho de Marcos”) temos em Zurara o guia Afonso. Para “Munhoz” (“filho de Munio”), patronímico mais frequente em documentos leoneses e castelhanos, mas também encontrável no português medieval, segundo Ana Boullón Agrelo (1995, p. 469), temos em Zurara os guias Afonso e João. Há dois “Pires” (ou “Peres”, “filho de Pero”, ou “de Pedro”), ambos em Zurara: o adail Lourenço e o guia Vicente. E para o patronímico “Vaz” (ou “Vasques”, “filho de Vasco”) temos em Fernão Lopes o alfaiate Fernão e em Zurara o alfaaque Antão.

E que dizer do besteiro que é identificado por Zurara como João *Abril*? Segundo José Leite de Vasconcelos (1928, p. 45, 129 e 182), na Idade Média portuguesa Abril era um nome próprio e poderia vir a formar patronímico. Nesse sentido, o referido besteiro João poderia ser filho ou mesmo descendente distante de alguém cujo onomato tenha sido Abril. Em assim sendo, a porcentagem de antropônimos com patronímicos em nossa lista, excluídos os casos em que só foram registrados o primeiro nome e a alcunha, ascenderia a 67,9%. Outra possibilidade é que o apelativo Abril indique algum fato notável ocorrido na vida do dito João no quarto mês do ano, como o seu nascimento, por exemplo.

Com indicativos de proveniência atrelados aos seus nomes temos pelo menos cinco peões, um em Fernão Lopes e quatro em Zurara. Gonçalo *de Paredes* é o besteiro castelhano elogiado por Lopes. Já as referências zurarianas são todas de batedores de terreno: a escuta Pero *de Antequera*, os almogávares João *d'Ávila* e Martim *de Çamora* (ou *Zamora*) e o adail Lourenço *de Cáceres*. Todas essas cinco localidades geográficas evocadas pelos nomes das personagens de ambos os cronistas situavam-se no então reino de Castela. Embora o apelativo de procedência que acompanha o nome próprio possa indicar que o sujeito nomeado é natural do lugar citado, não é de se descartar que isso se aplique a algum antepassado seu (GONÇALVES, 1988, p. 79). O nome da personagem lopesiana é de mais fácil explicação: o cronista refere-o explicitamente como um besteiro castelhano. Com respeito a Zurara, a sua cronística dá vários exemplos de castelhanos que serviram temporariamente nas praças portuguesas no Marrocos. Some-se a isso a relativa proximidade geográfica de Castela com o norte africano. Assim, num ambiente em que normalmente se falava o português, como era o caso de Ceuta e de Alcácer Ceguer, o designativo de procedência – Antequera, Ávila, Cáceres e Zamora – tanto identifica quanto marca uma diferença entre os cristãos de diferentes

nações que ali serviam unidos contra os infiéis.

Cícero louva como agudeza o fato de o enunciador do discurso valer-se do nome de determinada personagem para provocar o riso (*Diálogos*, II, 64). O nome, afinal, como qualquer outro atributo da *persona*, pode ser motivo de jocosidade (HANSEN, 2004, p. 498). Relacionados a isso temos os casos de alcunhas, ou apodos, que por vezes surgem de forma espontânea e indeterminada entre os companheiros e amigos, ressaltando alguma característica física, como a estatura (alto ou baixo), o volume (gordo ou magro), ou a cor (mais claro ou mais escuro). O povo, costumeiramente mordaz ao criar alcunhas, às vezes resalta um defeito de modo irônico, querendo dizer com um apodo exatamente o oposto (GONÇALVES, 1988, p. 119). Nesse sentido, seria *Magriço* uma alcunha que resalta a magreza ou, pelo contrário, a obesidade do guia assim chamado por Zurara? Ou seria uma referência jocosa entre alguém de baixo estado e o famoso *Magriço*, o fidalgo e cavaleiro andante Álvaro Gonçalves Coutinho (c.1383-c.1445), que veio a ser imortalizado por Luís Vaz de Camões nos *Lusíadas*²⁵?

Há ainda aqueles miúdos do povo que são identificados pelos cronistas apenas através do seu primeiro nome. É o que ocorre em relação aos espingardeiros Pedro e Guilherme, personagens da última crônica zurariana. Conforme resalta Iria Gonçalves (1988, p. 70), o nome próprio é “o mais importante e o único verdadeiramente fixo”. Na Idade Média portuguesa geralmente só se utilizava o nome avulso para se referir às crianças ou a altos dignitários leigos (D. Branca, D. Afonso etc.) ou eclesiásticos (Frei Gonçalo etc.). Obviamente em nenhum dos casos se encaixam os citados Pedro e Guilherme. O fato de Zurara não atrelar aos nomes desses peões qualquer patronímico ou apelativo de procedência parece indicar, pois, que em Alcácer Ceguer, onde eles viviam, os seus prenomes bastavam como meios de identificação, ainda mais

²⁵ Para uma biografia de Álvaro Gonçalves Coutinho, ver Oliveira (1999).

quando nos lembramos que eram pouquíssimos os espingardeiros que serviam naquela vila. No que diz respeito especificamente a Guilherme, o seu nome sugere origem estrangeira, seja francesa, seja germânica. De acordo com José Leite de Vasconcelos (1928, p. 50), o onomato aportuguesado *Guilherme*, embora tenha a sua origem mais remota nas formas germânicas *Willermus*, *Gillermus* e ainda *Wilhelm*, muito provavelmente foi introduzido no reino português a partir do francês *Guillelme*. Esta forma, como se vê, está mais próxima daquela que é grafada na crônica de Zurara, *Guilhelme*. Um tal nome, raro em Portugal no século XV, por si só constituir-se-ia em mais um diferencial que dispensaria apelido. Por fim, nesta seção de personagens referidas apenas pelo primeiro nome, entra ainda o guia Vicente, o mesmo que, segundo Zurara, talvez fosse de origem moura.

Uma variação do caso anterior, isto é, de identificação apenas pelo primeiro nome, é o do carniceiro e homem de pé Lourencinho (diminutivo de “Lourenço”), em Fernão Lopes, e o da escuta Gonçalete (diminutivo de “Gonçalo”), em Zurara. Iria Gonçalves (2010, p. 221-222) nos informa que não era frequente no Portugal de então o batismo em formas diminutivas dos nomes dos pais, como ocorria além-Pirineus. O comum era que tal deturpação, criada pela própria família ou por amigos, ocorresse durante a infância e fosse caindo em desuso à medida que se chegava à idade adulta. A documentação coeva, contudo, preservou alguns casos de pessoas que alcançaram a maturidade com o primeiro nome fixado na forma diminutiva. É o que pode ter ocorrido com Lourencinho e com Gonçalete.

4 Considerações finais

Cícero ensina no *De Inventione* (I, 24-25) que, ao tratar de homens de determinada condição social, o narrador que quer angariar *fides* para o seu discurso deve pintá-los segundo o costume e a opinião do seu público: que

vícios, virtudes, hábitos, paixões, palavras e mesmo *nomes* são expectáveis em homens de tal tipo? Assim, quando Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara apresentam-nos a personagens da gente miúda, não esquecem de conferir-lhes nomes nos quais são reconhecíveis o seu estatuto social, seja pelo atrelamento de um ofício ou profissão ao onomato, seja por fornecer-nos antropônimos que em sua maioria ostentam a clássica utilização de patronímicos, costume majoritariamente vilão no século XV português, como vimos.

Pensamos também que o rol por nós levantado contribui para o questionamento da fama de Fernão Lopes enquanto “cronista do povo”, o que, aliás, já vem sendo feito há algum tempo²⁶. Dos 35 nomes colhidos, a cronística lopesiana forneceu-nos apenas 10, ou menos de 1/3 do total. Por outro lado, isso por si só tampouco faz de Zurara menos “cronista da nobreza”. Ambos, afinal, escreveram em louvor dos nobres que se mostraram fiéis aos reis a que serviram. Subsiste o fato, porém, de que Zurara, acusado tantas vezes de apenas menosprezar a gente miúda, individualizou mais personagens oriundas dessa chusma – algumas vezes até mesmo com elogios rasgados²⁷, como vimos – com nomes próprios e alcunhas do que o seu antecessor: as referências zurarianas (pouco mais de 2/3 do total) superam com vantagem as de Lopes.

Não nos empolguemos, contudo. Escassos são os nomes de mesterais, camponeses e peões em geral registrados tanto por Fernão Lopes quanto por Zurara, ainda mais quando comparados com as centenas – quiçá milhares – de nobres nomeados por eles no decorrer de suas narrativas históricas. Mas é justamente a raridade da ocorrência que dá relevo aos miúdos do povo cujos nomes e feitos foram salvos do esquecimento. Numa época em que não poucos nobres murmuravam por terem sido olvidados pelos cronistas de D. Duarte e

²⁶ Sobre tal assunto remetemos a Beirante (1984) e a Monteiro (1988).

²⁷ Uma análise sobre o louvor de Gomes Eanes de Zurara à gente miúda pode ser encontrada em Guimarães (2019, p. 397-487).

de D. Afonso V, peões houve que alcançaram “nomeada” na “escritura” autorizada da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, P. J. S. **Vestidos para matar: o armamento de guerra na cronística portuguesa de Quatrocentos**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

ALFONSO X (Don). **Las siete partidas del rey D. Alfonso el Sabio, cotejadas con varios códices antiguos por la Real Academia de la Historia**. t. II. Partidas Segunda y Tercera. Madrid: Imprenta Real, 1807.

AMADO, T. **Fernão Lopes, contador de história: sobre a Crónica de D. João I**. Lisboa: Estampa, 1997.

AMBROSIO, R. **De rationibus exordiendi: os princípios da história em Roma**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas / Fapesp, 2005.

ANÔNIMO. **Retórica a Herênio**. Trad. e introd. de A. P. C. Faria e A. Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

BALEIRAS, I. de P. **Uma rainha inesperada: Leonor Teles**. 2. ed. Lisboa: Temas e Debates, 2017.

BARROCA, M. J. **Da Reconquista a D. Dinis**. In: BARATA, M. T.; TEIXEIRA, N. S. (dir.). **Nova história militar de Portugal**. v. I. Coord. de J. Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, p. 21-161.

BARROS, J. de. **Ásia de João de Barros dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente**. 4 v. [Lisboa]: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1988.

BEIRANTE, M. A. **As estruturas sociais em Fernão Lopes**. Lisboa: Horizonte, 1984.

BOULLÓN AGRELO, A. I. **Cronoloxía e variación das fórmulas patronímicas na Galicia altomedieval.** Verba. Anuario Galego de Filoloxía, v. 22, p. 449-475, 1995.

BRAGA, P. D. A expansão no norte de África. *In*: SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. de O. (dir.). **Nova história da expansão portuguesa.** v. II. A expansão quatrocentista. Coord. de A. H. de O. Marques. Lisboa: Estampa, 1998, p. 235-357.

CARVALHO, J. **Estudos sobre a cultura portuguesa do século XV.** v. I. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1949.

CICERÓN. **Bruto, o de los ilustres oradores.** *In*: CICERÓN. **Obras completas de Marco Tulio Cicerón.** t. II. Versión castellana de D. M. Menéndez Pelayo. Madrid: Imprenta Central, 1880a, p. 235-322.

CICERÓN. **Diálogos del orador.** *In*: CICERÓN. Obras completas de Marco Tulio Cicerón. t. II. Versión castellana de D. M. Menéndez Pelayo. Madrid: Imprenta Central, 1880b, p. 5-232.

CICERÓN. **La invención retórica.** Introducción, traducción y notas de Salvador Núñez. Madrid: Gredos, 1997.

CRUZ, A. dos S. **A nobreza portuguesa no Marrocos no século XV: (1415-1464).** 1995. Dissertação (Mestrado em História Medieval) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 1995.

CURTO, D. R. **A literatura e o império: entre o espírito cavalheiresco, as trocas da corte e o humanismo cívico.** *In*: BETHENCOURT, F.; CHAUDHURI, K. História da expansão portuguesa. v. I. A formação do império (1415-1570). Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 434-454.

DINIS, A. J. D. **Vida e obras de Gomes Eanes de Zurara.** v. I. Introdução à Crónica dos feitos de Guiné. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1949.

DUARTE (Dom). **Livro dos conselhos de el-rei D. Duarte (Livro da Cartuxa).**

Ed. diplomática de J. J. A. Dias. Revisão de A. H. de O. Marques e T. F. Rodrigues. Lisboa: Estampa, 1982.

DUARTE, L. M. **A marinha de guerra. A pólvora. O norte de África.** In: BARATA, M. T.; TEIXEIRA, N. S. (dir.). Nova história militar de Portugal. v. I. Coord. de J. Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, p. 289-441.

FARINHA, A. D. **Os portugueses no Marrocos.** Lisboa: Instituto Camões, 1999.

FERNANDES, R. M. R. **Breve introdução aos estudos retóricos em Portugal.** In: LAUSBERG, H. Elementos de retórica literária. 6. ed. Tradução, prefácio e aditamentos de R. M. R. Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, p. 13-32.

GONÇALVES, I. **Imagens do mundo medieval.** Lisboa: Horizonte, 1988.

GONÇALVES, I. **O nome.** In: MATTOSO, J. (dir.). História da vida privada em Portugal. v. I. A Idade Média. Coord. de B. V. e Sousa. Lisboa: Círculo de Leitores / Temas e Debates, 2010, p. 198-225.

GUENÉE, B. **História.** In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J. (coord.). Dicionário temático do Ocidente Medieval. v. I. Coord. da trad. de H. Franco Júnior. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 523-536.

GUIMARÃES, J. S. **“De qualquer outro do povo escrevera seu feito, se o achava em merecimento”**: memória e esquecimento da “gente miúda” nas crônicas de Gomes Eanes de Zurara. 2019. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3hxlHV0>>. Acesso em: 27 maio 2021.

HANSEN, J. A. **A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII.** 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

LANZI, F.; LANZI, G. **Saints and their symbols: recognizing saints in art and in popular images.** Translated by M. J. O’Connell. Minnesota: Liturgical Press,

2004.

LOPES, F. **Crónica de D. Fernando**. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 2004.

LOPES, F. **Crónica de D. João I**. v. I. Porto: Civilização, 1983a.

LOPES, F. **Crónica de D. João I**. v. II. Porto: Civilização, 1983b.

LOPES, F. **Crónica de D. Pedro**. Lisboa: Horizonte, 1977.

LÓPEZ DE AYALA, P. **Cronicas de los reyes de Castilla Don Pedro, Don Enrique II, Don Juan I, Don Enrique III**. t. I. Que comprende la Cronica del rey Don Pedro. Madrid: En la imprenta de D. A. de Sáncha, 1779.

MARQUES, A. H. de O. **A expansão no Atlântico**. In: SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. de O. (dir.). Nova história da expansão portuguesa. v. II. A expansão quatrocentista. Coord. de A. H. de O. Marques. Lisboa: Estampa, 1998, p. 9-233.

MARQUES, A. H. de O. **Portugal na crise dos séculos XIV e XV**. Lisboa: Presença, 1987.

MARQUES, A. H. de O. **A sociedade medieval portuguesa: aspectos da vida cotidiana**. 3. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1974.

MONTEIRO, J. G. **A guerra em Portugal nos finais da Idade Média**. Lisboa: Notícias, 1998.

MONTEIRO, J. G. De **D. Afonso IV (1325) à Batalha de Alfarrobeira (1449): os desafios da maturidade**. In: BARATA, M. T.; TEIXEIRA, N. S. (dir.). **Nova história militar de Portugal**. v. I. Coord. de J. Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, p. 163-287.

MONTEIRO, J. G. **Fernão Lopes: texto e contexto**. Coimbra: Minerva, 1988.

MORENO, H. B. **O município português nos séculos XIV a XVI**. In: VIEIRA, A. (coord.). **O município no mundo português**. Funchal: Centro de Estudos de

História do Atlântico / Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1998, p. 37-47.

MONUMENTA HENRICINA. V. VIII. (1443-1445). Direcção, organização e anotação crítica de A. J. D. Dinis. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1967.

OLIVEIRA, L. F. **A casa dos Coutinhos: linhagem, espaço e poder (1360-1452).** Cascais: Patrimonia, 1999.

ORDENAÇÕES Afonsinas. **Reprodução “fac-símile” da ed. da Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1792.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 5 v.

PINA, R. de. **Chronica do senhor rey D. Affonso V.** In: PINA, R. de. Crônicas de Rui de Pina. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 576-881.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento.** Trad. de A. François et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SEBASTIÃO, P. F. F. **Os espingardeiros: um novo corpo militar no alvor da modernidade (1437-1495).** 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.

SERRÃO, J. V. **A historiografia portuguesa: doutrina e crítica.** v. I. Séculos XII-XVI. Lisboa: Verbo, 1972.

SOUSA, A. de. **1325-1480.** In: MATTOSO, J. (Dir. e coord.). História de Portugal. v. II. A monarquia feudal (1096-1480). Lisboa: Estampa, 1997, p. 236-466.

VASCONCELOS, J. L. de. **Antroponímia portuguesa: tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida dos conjuntos dos nomes próprios, sobrenomes, e apelidos, usados por nós desde a Idade-Média até hoje.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

ZURARA, G. E. de. **Crónica da tomada de Ceuta.** Introd. e notas de Reis Brasil. Lisboa: Europa-América, 1992.

ZURARA, G. E. de. **Crónica de Guiné**. 2. ed. Introd., novas anotações e glossário de J. de Bragança. Barcelos: Civilização, 1973.

ZURARA, G. E. de. **Crónica do conde D. Duarte de Meneses**. Ed. diplomática de L. King. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978.

ZURARA, G. E. de. **Crónica do conde D. Pedro de Meneses**. Ed. e estudo de M. T. Brocardo. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997.

Recebido em Maio de 2021.

Aprovado em Junho de 2021.